

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 15 de dezembro de 2000

Ano 2 Nº 45

Aprovado Orçamento estadual para 2001

A Assembléia aprovou por unanimidade na sessão desta quarta-feira (13) o Projeto de Lei no 310/00, que estima a receita e fixa a despesa do governo do Estado para o exercício financeiro de 2001. O relator da proposição foi o deputado Paulo Bornhausen (PFL), que também é líder do governo no Legislativo estadual. O valor total do Orçamento é da ordem de R\$ 7,4 bilhões.

Individualmente, o orçamento da Secretaria da Educação é o maior de todos os órgãos pertencentes à administração direta, com R\$ 380 milhões, seguido da Polícia Militar de Santa Catarina, com R\$ 250 milhões, e da Secretaria da Saúde, que vai contar com R\$ 173 milhões para gastar durante todo o próximo ano.

Página 5



(foto Jonas Lemos Campos)

Votação

Assembléia realiza encontro com parlamentares do Mercosul

página 3



(foto Solon Soares)

Paralelamente à reunião em Florianópolis dos presidentes dos países integrantes do Mercosul, a Assembléia Legislativa realizou durante toda a tarde de quinta-feira (14) um encontro no Plenarinho envolvendo Comissões Parlamentares conjuntas, Conferência

Parlamentar das Américas, União Nacional dos Legislativos Estaduais e Parlamento do Sul. Um dos objetivos do encontro foi a discussão dos interesses comuns dos parlamentares dos países do bloco e das dificuldades encontradas no relacionamento entre Executivo e Legislativo.

Adiado recesso parlamentar

A pesar de o orçamento estar aprovado, o que permite regimentalmente o início do recesso das atividades na Assembléia, os deputados continuarão os trabalhos na próxima semana para votar matérias em regime de urgência, entre elas a emenda constitucional de autoria do deputado Milton Sander (PPB), que permite a reeleição da Mesa da Assembléia, o que possibilitaria a permanência, se reeleito, do atual presidente Gilmar Knaesel (PPB), e a polêmica emenda constitucional de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) e do deputado Onofre Agostini (PFL), que trata da autonomia da Udesc.

Também estão pendentes os projetos de lei de origem governamental que altera e acrescenta dispositivos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – Prodec, e ao que concede auxílio alimentação aos servidores públicos civis e militares, bem como o veto total ao projeto de lei que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

OPINIÃO

A hora do Parlamento do Mercosul



Neste momento em que o Mercosul vira uma nova página com o projeto batizado em sua última Reunião de Cúpula de "relançamento", na busca de uma nova dinâmica no processo de integração, a União dos Parlamentares do Mercosul (UPM), que reúne legisladores dos países membros, entra de maneira efetiva nas negociações que visam ao fortalecimento do bloco. As frequentes mudanças no panorama político e econômico dos países sul-americanos exigem que sejam feitas adaptações necessárias para o desenvolvimento do Mercosul, as quais terão que passar eventualmente pelos Legislativos dos países envolvidos, daí a imensa importância de se legitimar e unificar a ação de seus Parlamentos. Por isso, a União dos Parlamentares tem entre suas prioridades a criação do Parlamento do Mercosul, dando a este uma voz política.

Só através de uma relação simétrica, tanto entre os países membros do Mercosul quanto destes com os demais blocos econômicos continentais, é que conseguiremos adquirir poder de barganha para conquistar espaço no panorama econômico e no comércio internacional. O impulso que os Poderes Legislativos podem dar aos seus países nesta colocação global pode ser exemplificado pelo trabalho realizado pela própria Assembléia Legislativa de Santa Catarina nesta legislatura. Acordos de cooperação, que nasceram por iniciativa dos parlamenta-

res, abriram portas para posteriores negócios, fechados pelo Executivo estadual.

O exemplo da China, que apesar de sua enorme distância geográfica vem apostando em Santa Catarina, leva-nos a crer que o Mercosul não tem fronteiras comerciais. O interesse demonstrado pela África do Sul em nosso mercado e até a sinalização de Cuba em querer integrar o bloco confirmam o potencial incalculável deste mercado. O sucesso a longo prazo, porém, só se concretizará com o talento para conciliar interesses, e está aí uma missão crucial para a União Parlamentar do Mercosul. Afinal, questões como união aduaneira, Taxa Externa Comum (TEC), defesa comercial, câmbio e acordos bilaterais estão estreitamente ligadas à legislação de cada país. O setor tributário, aliás, foi o primeiro a demandar uma legislação comum e até este momento é o que mais exige cuidado e atenção no sentido de harmonizar o setor macroeconômico.

Ao reivindicar aos chefes de Estado reunidos em Florianópolis a criação do Parlamento do Mercosul, a UPM busca adquirir um instrumento para harmonizar as relações entre os países membros do bloco e dinamizar as negociações em andamento. Temos o exemplo da Europa, continente pioneiro na formação de um bloco econômico, onde o Parlamento Comum Europeu tem participação efetiva nas grandes decisões tomadas. Os legisladores do Mercado Comum do Sul têm vontade e idéias. Chegou a hora do Parlamento do Mercosul.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

2000: um ano de conquistas



O ano que se encerra pode ser considerado, sem dúvida nenhuma, um ano de conquistas para Santa Catarina, em especial para a região do Vale do Rio do Peixe. Entre os vários avanços obtidos, duas ações se concretizaram e hoje se revelam de extraordinária importância: a criação do Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Catarinense (Prodec), especificamente para a maçã, e as obras da Rodovia da Amizade, a SC-302, unindo Caçador a Calmon, Matos Costa e Porto União. Trata-se de duas iniciativas nossas, que só saíram do papel graças ao apoio total deste Parlamento.

A maçã é hoje uma das maiores referências da produção catarinense, posicionando Santa Catarina em primeiro lugar no cultivo dessa fruta no Brasil e como o maior centro de geração de tecnologia do setor. Mesmo assim, o cultivo e a comercialização da maçã prescindiam de instrumentos estruturais, os quais o Prodec veio finalmente trazer.

Pelo Programa, "consideram-se equiparados a estabelecimento

industrial os estabelecimentos que realizem cumulativamente operações de coleta, limpeza, classificação, polimento, embalagem e armazenamento de maçãs". A inclusão da maçã no Prodec vai mudar a situação ruim que muitos produtores de maçã atravessam, principalmente devido à competitividade resultante da abertura do mercado internacional, fato agravado pela perda gradativa de espaço (e de competição) para o seu concorrente, o Rio Grande do Sul, que vem investindo na modernização da produção.

Já a Rodovia da Amizade tem uma história que remonta à década de 80. Iniciada pelo governador Esperidião Amin quando administrou o Estado pela primeira vez (1983 a 1987), foi depois paralisada pelo governador seguinte, Paulo Afonso Vieira, sendo retomada na atual administração, graças ao empenho dos deputados. A SC-302 foi incluída no presente orçamento e já estão em franco andamento as obras de terraplenagem, pavimentação, artes especiais e supervisão em todo o trecho. Com essa rodovia, nossa região e o Estado ganham forte impulso.

Deputado Reno Caramori (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uezai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Deputados discutem escoamento da produção no Encontro do Mercosul

O Plenarinho da Assembléia Legislativa foi palco durante toda a tarde do dia 14 do Encontro das Organizações Interparlamentares do Mercosul, que reuniu deputados estaduais, federais e senadores do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Um dos principais assuntos abordados foi a implantação de um "Corredor Bioceânico" entre o Pacífico e o Atlântico, destinado ao escoamento da produção dos países do bloco.

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), abriu o Encontro chamando a atenção para a discussão dos interesses comuns que está sendo realizada por parlamentares que integram o Mercosul paralelamente ao encontro dos presidentes dos países que dele fazem parte, que ocorre esta semana no Norte da Ilha.

A senadora argentina Mirta Rubini, presidente da União Parlamentar do Mercosul, fez questão de ressaltar a integração regional e o permanente diálogo existente entre os deputados e senadores que integram a instituição, sempre voltado para o bem comum das comunidades que representam no Legislativo. "Não estamos competindo por espaço ou poder, mas trabalhando por nossos povos", disse.

O presidente da Comissão para os



(foto Salam Soares)

Parlamentares debatem questões comuns

Assuntos do Mercosul na Assembléia, deputado Milton Sander (PPB), destacou a importância para Santa Catarina da criação dessa Comissão, citando que o mesmo exemplo já foi seguido por 10 dos 27 estados brasileiros, interessados na integração dos quatro países que participam do bloco econômico.

Geraldo Magela, deputado federal e presidente da Conferência Parlamentar das

Américas, disse que o encontro dos presidentes do Mercosul em Florianópolis começava marcado pela crise oriunda da decisão do Chile em integrar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alca), em detrimento do Mercosul, e criticou o Poder Executivo "por excluir os Parlaentos do processo de debate dos assuntos do bloco".

Marcos Peixoto, presidente da Comissão do Mercosul na Assembléia do Rio Grande do Sul, lembrou que seu estado foi pioneiro no sentido de que fosse criada uma entidade legislativa com o objetivo de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos governantes na consolidação do bloco.

O deputado argentino Carlo Cornaglia fez a apresentação do projeto "Corredor Bioceânico", que contém rotas alternativas para o escoamento da produção dos países do Mercosul. Citou alguns exemplos, como as que ligam São Paulo e Buenos Aires; Porto Alegre e Argentina até chegar à Cordilheira dos Andes e à costa do Oceano Pacífico, no Chile; e Mato Grosso ao Uruguai.

Os parlamentares participaram de vários debates sobre as principais questões comuns relativas ao Mercosul. O evento foi transmitido ao vivo pela TV Assembléia Legislativa (TVAL).

Pela manhã, Knaesel recepcionou a Mesa Coordenadora da União dos Parlamentares do Mercosul (UPM). Presentes à reunião em que foram discutidas questões administrativas da entidade o

deputado Milton Flávio (São Paulo), a senadora Mirta Rubini (Argentina), o deputado Milton Sander (Santa Catarina) e o deputado Carlo Cornaglia (Argentina).



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

COMISSÕES

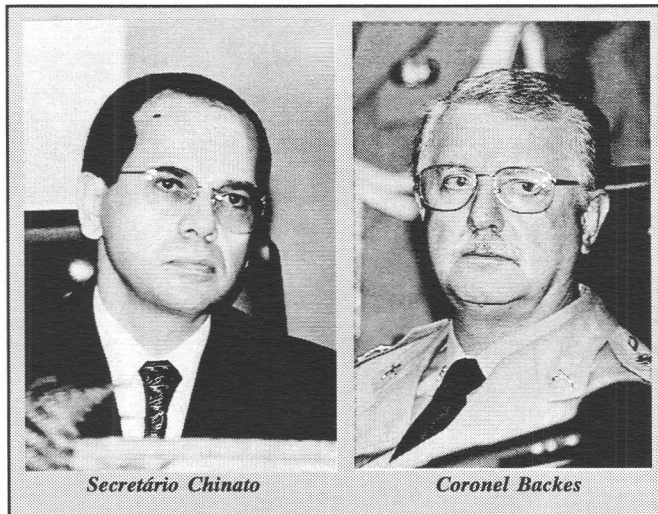
Sessão especial debate segurança no Estado

Comandante-geral da PM e secretário da Segurança Pública apresentam aos deputados medidas que estão sendo tomadas para combater a criminalidade e opinam sobre a greve das Polícias

(fotos Jonas Lemos Campos)

Possibilidade de greve dos policiais civis e militares, permanência da Operação Norte Seguro, presídios, programas sociais para conter a criminalidade, entre outros, foram os temas da sessão especial convocada pela Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência do deputado Jaime Duarte (PPS), ocorrida nesta terça-feira (12), com a presença do secretário da Segurança Pública, Antenor Chinato, e do comandante-geral da PM, coronel Valmor Backes.

Respondendo a questionamentos dos parlamentares que representam Joinville na Casa, Chinato informou que os investimentos naquela cidade somaram R\$ 650 mil este ano,



Secretário Chinato

Coronel Backes

contra R\$ 255 mil para a Capital, enfatizando não ser verdadeira a hipótese de privilegiar Florianópolis em detrimento de outros grandes municípios do Estado. Recursos para

informática, treinamento de policiais e projetos no setor foram apresentados ao público presente, bem como a preocupação com o crime organizado.

Backes falou das exigências para ingresso na carreira de oficial, em parceria com a Univali, apresentou a organização dos batalhões em todos as regiões de Santa Catarina e mostrou o quadro da Operação Veraneio.

Greve - Quanto à greve, Chinato disse esperar bom senso dos policiais, frisando que as dificuldades do Executivo são de cunho legal e que muitos deles já demonstraram apoio em não aderir ao movimento.

Já o coronel da PM reconheceu a legitimidade da reivindicação, porém argumentou que o governador prometeu rediscutir os salários em março, dando prioridade à corporação.

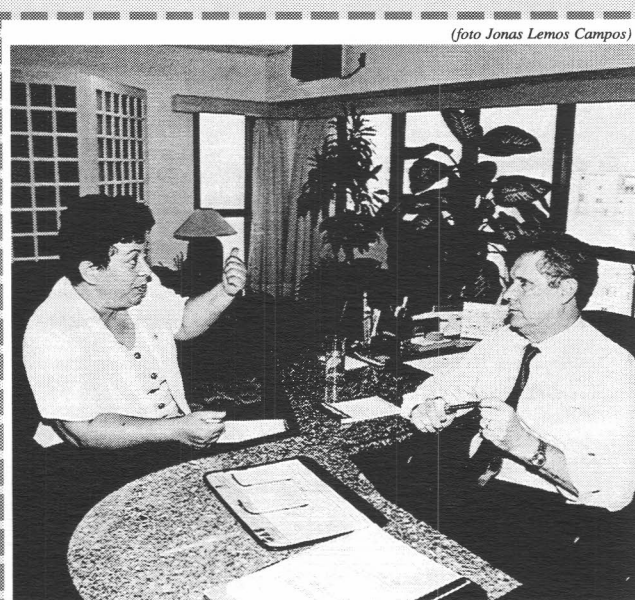
Perícia nos disquetes da Makenji somente em 2001

Os parlamentares que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga casos de sonegação fiscal no Estado, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), vão requerer na Justiça uma perícia nos 167 disquetes apreendidos na sede do grupo Makenji somente para o início de 2001, após o recesso da Assembléia Legislativa. E isso se antes o promotor que cuida do caso no Ministério Público (MP) não tomar esta iniciativa.

A informação é da deputada Ideli Salvatti, que esteve no Ministério Público na última segunda-feira (11) a fim de obter informações sobre os procedimentos daquela instituição a respeito das

denúncias de crime de sonegação fiscal. Anteriormente, o Ministério Público agia logo após a notificação de crime fiscal, mas desde a administração passada não está mais utilizando esta sistemática por iniciativa da Secretaria de Estado da Fazenda.

O promotor José Alberton também informou sobre a dívida ativa de Santa Catarina, que não está sendo mais cobrada judicialmente via Ministério Público. Os casos de não-pagamento estão atualmente sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado, e não mais dos promotores públicos, que anteriormente atuavam diretamente nos processos.



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputada Ideli e promotor Alberton

Provas de sonegação fiscal

Enquanto aguarda a perícia dos disquetes, Ideli fez indicação ao secretário da Fazenda sugerindo que edite norma ou dê início a processo legislativo com o objetivo de tornar incontestável ou prevenir vícios nas provas eletrônicas utilizadas na instrução de notificações fiscais.

PLENÁRIO

Orçamento contempla emendas do Regionalizado

Aprovados R\$ 27 milhões do Orçamento 2001 para atender obras definidas no OR

Durante a tramitação do projeto orçamentário na Comissão de Finanças, os parlamentares apresentaram 454 emendas individuais e 15 coletivas. Outras 227 têm origem na coordenadoria do Orçamento Regionalizado, que realizou várias reuniões no interior do Estado, onde as lideranças políticas regionais apresentaram as reivindicações de obras a serem realizadas pelo governo.

A previsão inicial era que os valores referentes às reivindicações do Orçamento Regionalizado ficassem em torno de R\$ 30 milhões, mas acabaram sendo reduzidos para R\$ 27 milhões. Desta maneira sobram R\$ 700 milhões para serem investidos em obras pelo governador Esperidião Amin.

Durante a votação plenária, o relator Paulo Bornhausen (PFL) esclareceu uma

série de dúvidas dos deputados. A deputada Ideli Salvatti (PT) questionou sobre a utilização de recursos do Fundef para o pagamento do vale-alimentação para os professores da rede pública estadual de ensino. Já seu colega de bancada Pedro Uczai teceu comentários a respeito das ações do Orçamento Regionalizado, destacando a falta de democratização no debate das emendas. "Atualmente não estão asseguradas a realização das obras indicadas pelas regiões do Estado", frisou.

Na mesma linha se manifestou o deputado Adelor Vieira (PMDB), que quer a participação do Poder Executivo nas discussões do Orçamento Regionalizado, especialmente no que diz respeito às emendas colhidas no interior. No formato atual, a coordenação não tem como garantir a realização das obras indicadas.

Centro para Saúde do Trabalhador

Mantido o veto total apostado pelo governador ao PL181/00, de autoria do deputado Neodi Saretta (PT), que dispõe sobre a criação do Centro de Referência para a Saúde do Trabalhador de Concórdia e região. A razão do veto é a inconstitucionalidade de origem, uma vez que o artigo 50 da Constituição Estadual diz que "são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Rejeitado – No entanto, o Plenário derrubou o veto total ao projeto de lei de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB), que autoriza o Executivo a dispor sobre a extinção total ou parcial de débitos, mediante compensação, nos casos que especifica. O Executivo considerou o projeto inconstitucional, uma vez que a compensação em matéria tributária acha-se disciplinada pela Lei nº 6.541, de 11 de junho de 1985.

Mutirão judiciário

O deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) está pedindo ao presidente do Tribunal de Justiça a realização de mutirão com três juízes e cinco técnicos judiciários, em Imbituba, bem como a criação de uma Vara do Judiciário, e a criação e instalação da Comarca de Garopaba. Segundo Lício, existem aproximadamente treze mil processos pendentes para julgamento na Comarca de Imbituba, que requerem, segundo estimativa do Judiciário local, um mutirão para encaminhar solução às pendências, num prazo de aproximadamente cinco meses.

A criação de uma nova Vara para Imbituba é necessária, uma vez que a população local atinge cerca de sessenta mil habitantes. Por outro lado, a criação da Comarca de Garopaba é indispensável para o atendimento dos quinze mil habitantes e, principalmente, para aliviar os atendimentos que são feitos via Imbituba.

Carteiro – Também é do deputado Lício a solicitação ao presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para que a entrega de correspondências no

Matrículas escolares

O deputado Volnei Morastoni (PT) requer ao governador do Estado e à secretária da Educação a manutenção das matrículas para as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio do Colégio Estadual e da Escola de Educação Básica Nilton Kucker, em Itajaí, criada há 36 anos e uma das principais referências para o ensino fundamental e ensino médio no município.

Morastoni explica que o reordenamento proposto pela Coordenadoria Regional de Educação e pela Secretaria Estadual da Educação, que cancela para o ano 2001 as matrículas para a 1ª e 2ª série do ensino médio, com previsão de extinção das matrículas para a 3ª série em 2002 no referido Colégio, tomou a comunidade de surpresa e causou graves transtornos, uma vez que prejudica o acesso de jovens ao ensino público, o que cabe ao Estado garantir. Outras escolas não conseguirão atender à demanda por vagas. É o que está acontecendo com a Escola Estadual de Educação Básica Vitor Meirelles, cujas vagas estão esgotadas e a fila de pais interessados ainda é grande, afirmou.

O deputado apresentou outro requerimento às autoridades da área de educação pedindo a manutenção no ano 2001 das matrículas da 1ª à 6ª série, além da 7ª à 8ª série, para o ensino fundamental no Colégio Estadual Presidente João Goulart, em Balneário Camboriú. O pedido foi ratificado em assembleia geral pelos pais, alunos e professores, com apoio do conselho deliberativo da escola.

Balneário da Pinheira, em Palhoça, seja feita através de carteiro. Aquela balneário tem cerca de doze mil habitantes durante todo o ano, e o atendimento atual é feito por um posto da ECT localizado na Colônia de Pescadores. "Devido à não-regularidade na entrega e ao desconhecimento do posto por parte da população, muitas pessoas deixam de procurar e buscar as correspondências; com isso perdem prazos e deixam de ser informadas de acontecimentos importantes para si e suas famílias. A lotação de um carteiro no local para entregas a domicílio é muito importante para a população residente", disse o deputado.

GERAL

Embrapa de Concórdia é homenageada

(foto Solon Soares)

Pesquisadores, funcionários que dão suporte à pesquisa e diretores da Embrapa Suínos e Aves, de Concórdia, no Meio-Oeste catarinense, foram homenageados nesta segunda-feira (11) pelos 25 anos de criação da empresa durante sessão solene da Assembléia. Esta foi a primeira vez que a empresa recebeu homenagem do Legislativo estadual – uma iniciativa que foi proposta pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), natural de Concórdia.

A Embrapa Suínos e Aves é a única unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina. Desde sua instalação, em 1975, já gerou perto de 400 tecnologias nas mais diferentes áreas, auxiliando produtores, agroindústrias e consumidores. A unidade de Concórdia teve papel fundamental no controle de doenças, aperfeiçoamento de rações, melhoria da qualidade genética dos animais e preservação do meio ambiente.



Sessão solene

A suinocultura e a avicultura catarinense uniram as tecnologias da Embrapa com os investimentos de agroindústrias, produtores e poder público para transformarem-se nos setores mais desenvolvidos do meio agropecuário nacional.

Em seu pronunciamento, o presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB),

destacou o valoroso trabalho da empresa. Já Sopelsa, autor da homenagem, lembrou que se Concórdia é hoje o maior produtor de suínos do País, com tecnologia de ponta, muito se deve ao trabalho que pesquisadores vêm desenvolvendo ao longo desses 25 anos. “A Embrapa mostrou que com trabalho sério, os resultados são sempre positivos.”

Para o chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, Paulo Antônio Rabenschlag de Brum, a homenagem foi gratificante e demonstra que o trabalho desenvolvido está sendo reconhecido. “Alcançamos os objetivos propostos, e esta homenagem nos enche de entusiasmo para continuarmos prestando nossos serviços com melhor qualidade”, declarou.

A solenidade foi prestigiada por representantes do setor, entre eles o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Paulo Tramontini, e o Secretário da Agricultura, Odacir Zonta.

Votação eletrônica em debate

Parlamentares convocam presidente do TRE para discutir aspectos legais e tecnológicos sobre o processo de eleições informatizadas

Por iniciativa dos deputados João Henrique Blasi e Ronaldo Benedet, ambos do PMDB, a Assembléia realizou nesta quarta-feira (13) audiência pública que contou com a presença do presidente e do corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Alberto Costa e Amaral e Silva, respectivamente, para debater o processo eletrônico de votação.

Os deputados demonstraram preocupação em garantir a segurança e o sigilo do voto, uma vez que no atual sistema

não existe a sua materialidade, ou seja, a emissão de uma contraprova, caso se faça necessária a recontagem da votação.

O presidente do TRE, desembargador Costa, tranquilizou os participantes garantindo o sigilo e a inviolabilidade do voto. Fez também um histórico da informatização das eleições no Brasil, citando o Estado de Santa Catarina como pioneiro no processo, cuja primeira experiência ocorreu na cidade de Brusque no início da década passada.

Comentou, também, que “somente a tecnologia não elimina o risco de fraude”,

mas a segurança da votação eletrônica é bastante grande, uma vez que se trata de um projeto de informática centralizado em uma única equipe no TSE, cujo programa não pode ser alterado, estando ainda sujeito a todos os procedimentos auditáveis.

Já o corregedor Amaral e Silva frisou que o projeto permite um maior aproveitamento de votos, diminui sensivelmente os sufrágios nulos, facilita a votação e tem a capacidade de uma virtual eliminação das discussões jurídicas sobre a apuração.

Agenda

Dias 18 e 19, às 14h – Sessões ordinárias

Local: Plenário

Dia 19, às 19:30h - Lançamento do livro *Uma Mulher do Século Passado*, de Ermma Hatzky, traduzido por Felícia Hatzky Schütz

Local: Galeria de Arte Meyer Filho